

Lutas sociais, desigualdade social e discriminação racial

MAURO W. BARBOSA DE ALMEIDA*

Os socialistas devem posicionar-se politicamente a favor de medidas (Projetos de Lei com cotas para estudantes negros e oriundos da escola pública, bem como o Estatuto da Igualdade Racial), na medida em que essas medidas dirigem-se contra uma das formas mais perversas de desigualdade social que é aquela associada à discriminação racial. Segundo estudo recente do IPEA, a discriminação racial resulta em desigualdades entre negros e brancos e entre homens e mulheres, e isso de duas maneiras: primeiro, porque os negros têm educação sistematicamente inferior, o que os coloca em posição desvantajosa no mercado de trabalho, e segundo, porque mesmo quando se comparam trabalhadores negros e brancos que compartilham o mesmo nível educacional, os negros recebem menor remuneração (discriminação salarial pura). Isso tudo significa que tanto a luta tanto contra a discriminação salarial pura por raça como contra a desigualdade no acesso à educação têm papel importante na luta contra a desigualdade social.

O caso da discriminação racial é um dos principais exemplos de discriminação, ao lado da discriminação de gênero e de várias outras. A luta contra todas essas formas de discriminação e de segregação deve ser uma pré-condição para a verdadeira unidade das lutas dos explorados, uma unidade que parte do reconhecimento da igualdade como síntese das diferenças, e não da igualdade que pretende anular com o método de Procusto.

Da mesma forma, as lutas de povos indígenas por terras coletivas, de seringueiros por reservas extrativistas, dos quilombolas por territórios comunais, de quebradeiras de coco pelo babassu livre, dos sem-terra e dos sem-teto – essas lutas colocam-se em seu conjunto como mais do que uma congérie, apresentam-se como

* Professor de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas.

uma espécie de revolução permanente e generalizada contra o monopólio da terra e dos recursos naturais, ao lado das lutas contra o monopólio capitalista da informação e pelo *software* livre, e das lutas de feministas, homossexuais e militantes de direitos animais que surgem no horizonte como formas da resistência contra a opressão dos corpos e de pessoas.

Qual é então o lugar das diferenças no interior da luta pela igualdade? Há contradição entre diferença e igualdade? Em 1848, quando Marx escreveu o *Manifesto do Partido Comunista* com a colaboração de Engels, estavam em pleno curso as tendências à redução dos conflitos de classe ao embate entre uma burguesia internacional e um proletariado sem fronteiras, lado a lado à unificação nacional, política, legal, alfandegária em escala mundial. No século XX tornou-se patente o fato de que, junto com a globalização do capitalismo, acentuaram-se justamente as diferenças nacionais, políticas, legais e alfandegárias, juntamente com diferenças religiosas e culturais.

De fato, o próprio Marx, nas conferências de 1867 intituladas “Salário, Preço e Lucro”, havia chamado a atenção de sua platéia de operários para o fato de que o valor da força-de-trabalho, em vez de ser determinado de maneira única e idêntica universalmente, era formado “por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de caráter histórico e social”, no qual entrava “o padrão de vida tradicional em cada país”. Marx acrescentou: “Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens. O padrão de vida inglês poderia baixar ao irlandês; o padrão de vida de um camponês alemão ao de um camponês livônio”. Marx usava o papel da diferença na “tradição histórica e no costume social”, tanto em escala internacional como nacional (mesmo em regiões agrícolas distintas do mesmo país “os salários médios continuavam a ser diferentes, conforme as condições mais ou menos favoráveis em que essas regiões saíram da servidão”) para concluir que, no interior dos “limites extremos da taxa máxima de lucro”, cabia uma escala imensa de variantes, sendo que “a determinação de seu grau efetivo só fica assente pela luta incessante entre o capital e o trabalho”. Essa luta tomava às vezes a forma de “lutas de guerrilhas” dos trabalhadores contra os “abusos do capital” ou das “flutuações do mercado”, das quais seriam exemplos as lutas salariais e outros conflitos localizados.

Ora, a mensagem política principal de Marx nas conferências de 1867 era que essas “lutas de guerrilha”, embora insuficientes, não eram incompatíveis com a luta contra o próprio sistema do trabalho assalariado, sendo mesmo uma precondição desta última. Nas palavras do próprio Marx: “Se... [a correlação de forças favorável ao capital] é a tendência das coisas neste sistema, quer isto dizer que a classe operária deva renunciar a defender-se contra os abusos do capital e

abandonar seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que se lhe ofereçam de melhorar em parte a sua situação?”. E eis a resposta de Marx: “Se o fizesse [a classe operária], ver-se-ia degradada a uma massa informe de homens famintos e arrasados, sem probabilidade de salvação (...) por certo desclassificados para empreender outros movimentos de maior envergadura.”

A conclusão de Marx é importante porque indica a importância tanto das diferenças culturais para o estabelecimento de mínimos de qualidade de vida, como a importância da dignidade e do auto-respeito como pré-condição para a luta política dos explorados. Hoje a conclusão retém toda sua atualidade, numa época em que, se um por lado o capitalismo transnacional incentivou conflitos nacionais e culturais entre os explorados, jogando operários automobilísticos e agricultores de um país contra os de outro, e trabalhadores qualificados brancos contra trabalhadores braçais negros, por outro lado gerou as bases técnicas para novas formas de “lutas de guerrilha”, propiciando novos meios de articulação entre as vítimas diferenciadas dos processos de expropriação e exploração. Assim, a história contemporânea continua a ser a história das lutas de classe – mas não mais com uma única classe protagonista de proletários unidos pela identidade de seus modos de vida e de trabalho, mas de uma rede ilimitada de excluídos e de expropriados aglutinados pela exclusão social e pelo conflito de seus interesses com a ditadura do mercado em escala mundial. Dessa forma, um desafio teórico para os socialistas constitui hoje precisamente em capturar a articulação complexa entre as “contradições principais” e as “contradições secundárias”, e extrair as conseqüências do fato de que as “contradições secundárias” podem tornar-se ‘sobredeterminantes’ em determinados contextos.

As políticas de Estado dirigidas para reduzir a discriminação racial e a resultante segregação racial *de facto* são resultado, por um lado, de movimentos sociais em escala nacional, e, por outro lado, da internacionalização de lutas contra a segregação em países como a Índia, a África do Sul, os Estados Unidos e a América Hispânica – e não é por acaso que Bush lidera internacionalmente ações contra políticas de ação afirmativa, contra direitos de gays ao casamento conquistados em estados, e contra políticas sociais que, no Brasil, liberais e até parte da esquerda chamam de ‘assistencialismo’.

É um escárnio dizer que essas lutas contra a discriminação e a segregação racial não tiveram efeito nesses países, assim como seria ridículo dizer que elas eliminaram as desigualdades sociais, ou eliminaram nos EUA, por exemplo, o genocídio praticado pela polícia e pelo sistema judicial contra jovens negros e pobres dos guetos. Os negros de hoje nos EUA têm um profundo orgulho de si mesmos que foi conquistado em lutas memoráveis e heróicas contra a segregação, num espectro que ia dos Panteras Negras a Martin Luther King Jr. A unidade dos

trabalhadores não pode partir do sentimento de humilhação e rebaixamento de parte dos trabalhadores, sejam eles mulheres, negros ou deficientes físicos.

As medidas de ação afirmativa não ferem a universalidade de direitos? Na verdade, tais medidas ferem não a universalidade de direitos, e sim uma concepção perversa de igualdade que é expressa pelo o chamado Princípio de Pareto, segundo o qual é inadmissível qualquer transferência de patrimônio que afete o privilégio, ainda que de uma única pessoa. Uma das inúmeras conseqüências do princípio é o veto a qualquer redistribuição de renda, de terra, de patrimônio intelectual – exceto quando ela se dá pelo mercado e pela livre competição. Mas para socialistas e mesmo para liberais humanistas a autêntica igualdade universal não implica tratar desiguais como se fossem iguais. Ela se expressa no imperativo socialista clássico e ainda atual: “De cada um segundo sua capacidade, e a cada um segundo sua necessidade”. Desse imperativo significa que o acesso igual à escola significa elevadores e livro em braille para deficientes, que o acesso igual à saúde significa aparelhagens especiais para doentes graves, assim como o direito ao ensino significa professores multilingües para indígenas, e igualdade entre gêneros significa creches para mulheres no local de trabalho.

Finalmente, nada mais ridículo do que a alegação do proclamado racismo dos movimentos populares negros. Os movimentos populares negros não precisam introduzir o racismo no país, já que o racismo sempre existiu e continua a existir. Os movimentos de ação afirmativa querem enfrentar a discriminação e a segregação estatisticamente existente em bases raciais – forçando a sociedade a refletir e a agir face à extrema desigualdade social e ao endêmico e hipócrita racismo à maneira brasileira, que impõe aos negros como virtude precisamente silenciarem sobre o preconceito de que são vítimas. Índios, negros, mulheres, deficientes físicos: todos esses grupos exigem um tratamento diferenciado para que os direitos de cidadania sejam de fato universalizados.

ALMEIDA, Mauro W. de. Lutas Sociais, desigualdade social e discriminação racial.
Crítica Marxista, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.24, 2007, p.98-101.

Palavras-chave: Lutas sociais; Desigualdade; Discriminação; Raça.